

Brasil denuncia na ONU crise da dívida externa

28 ABR 1990

CORREIO BRAZILIENSE

Nova Iorque — Os países em desenvolvimento do Terceiro Mundo tentaram novamente na ONU, sem muito êxito até ontem convencer as nações industrializadas da emergência em encontrar uma solução global para os principais problemas econômicos para terminar com a crise iniciada na década passada.

O embaixador Paulo Nogueira Batista, do Brasil, denunciou na sessão especial da assembléia geral sobre cooperação econômica internacional que a crise da dívida surgiu como resultado direto da incapacidade dos principais países industrializados de observar uma disciplina fiscal e coordenar suas políticas macroeconômicas.

“desde o início da crise da dívida, os países do sul transferiram para o norte cerca de 250 bilhões de dólares, uma soma total comparável à empregada pelos EUA no Plano Marshall para a reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial”, afirmou o embaixador do Brasil.

O representante brasileiro manifestou sua insatisfação com o Plano Brady e anunciou que não aceitará uma aplicação mecânica dos precedentes lançados pelo México, Venezuela e outros países em desenvolvimento, à renegociação de sua dívida por mais do que 65 bilhões de dólares com os bancos privados internacionais.

Segundo o embaixador o Brasil não tratará de impôr sua posição aos credores mas também não assinará contratos preconcebidos. O diplomata adiantou ainda que o Governo brasileiro não aceitará que o montante do serviço da dívida seja fixado pelos credores em prejuízos do desenvolvimento da economia nacional.

Falando na sessão extraordinária da assembléia geral da ONU sobre cooperação internacional, Paulo Nogueira Batista, referindo-se ao Plano Brady, disse que a estratégia sobre dívida “é uma demonstração do rompimento da

solidariedade internacional” e que o plano, recriminado por ele, “foi concebido exclusivamente pelos credores, sem nenhuma participação dos devedores”.

Para reiniciar um processo de crescimento, acrescentou ele, o Brasil vai precisar por parte de seus credores, tanto públicos, como particulares, de cooperação na busca de uma solução para a dívida externa de 116,3 bilhões de dólares. “O Brasil não pode permanecer passivo se forem frustrados os progressos na formulação de um novo sistema econômico internacional”, acrescentou o embaixador, em uma aparente referência à suspensão do pagamento dos juros da dívida externa desde julho do ano passado.

“Na ausência de uma cooperação econômica internacional, os países ricos poderão continuar prosperando e os pobres provavelmente serão obrigados a adiar sua aspirações de desenvolvimento, em um mundo de tensões cada vez maiores”, concluiu Paulo Nogueira Batista.

O embaixador Uruguaio Filipe Paolillo também destacou que não é possível pensar em uma revitalização do desenvolvimento enquanto a maioria dos países do Terceiro Mundo continuam transferindo enormes quantidades de recursos ao mundo industrializado.

Acrescentou que esta sessão é “uma grande oportunidade para que a comunidade internacional decida coletivamente dizer ao mundo que a busca por soluções que acabem em curto prazo com estas transferências deve ser aprofundada”.

A sessão especial da assembléia geral deve terminar hoje, mas até a tarde de ontem os países industrializados e os do Terceiro Mundo não haviam conseguido harmonizar suas posições para redigir uma declaração que estabeleça as pautas comuns da futura estratégia econômica internacional.